

DECLARAÇÃO DE TRIPULANTES DE EMBARCAÇÃO COM MOTOR
DE POPA – REGIÃO ESTUARINA
DO PROPRIETÁRIO DE EMBARCAÇÃO QUE “NÃO” ADERIU AO
SISTEMA INDENIZATÓRIO SIMPLIFICADO (plataforma on line)

Para apresentação à Fundação Renova, nos termos da decisão judicial proferida pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais nos autos da ação de nº [preencher]

Eu, [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do RG nº [preencher], expedido por [preencher], inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o nº [preencher], residente e domiciliado(a) à [preencher], CEP [preencher], na cidade de [preencher]/[sigla estado] (cf. comprovante de residência anexo), não ingressante do Sistema Indenizatório Simplificado e ciente de possível vistoria *in loco* para confirmação desta pela Fundação Renova, **DECLARO, sob as penas da lei**, que [nome completo], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) do RG nº [preencher], expedido por [preencher], inscrito(a) no CPF sob o nº [preencher], residente e domiciliado(a) à [preencher], CEP [preencher], na cidade de [preencher]/[sigla estado] (cf. comprovante de residência anexo), era tripulante de minha embarcação.

Declaro que à atividade pesqueira era realizada em [inserir a região/localidade/corpo hídrico onde a pesca era exercida], com uma periodicidade média de [informar sobre a periodicidade], aproximadamente de [data] a [data].

Declaro que não tenho interesse na solução da causa ou amizade íntima com o(a) Sr.(a) [preencher], que sou plenamente capaz e que não sou cônjuge, companheiro(a), ascendente ou descendente, em qualquer grau, do(a) Sr.(a) [preencher], que tampouco sou seu(sua) parente colateral, até o terceiro grau (por consanguinidade ou afinidade) nem sou seu(sua) representante legal, assistente, tutor ou curador.

Por fim, declaro (a) ter ciência de que constitui crime com pena de um a cinco anos de prisão, omitir em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa, com o fim de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fatos relevantes, a fim de obter vantagem ilícita mediante fraude, induzindo ou mantendo alguém em erro, conforme artigos 171 e 299 do

Código Penal, me responsabilizando integralmente, inclusive perante terceiros, pela veracidade de todo o conteúdo e informações prestadas para subsidiar a celebração deste acordo, e (b) ter recebido todo o suporte jurídico necessário para assinatura da presente declaração, firmando-a de boa-fé, ciente de seus termos e de seus efeitos.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

[cidade]/[sigla estado], _____ de _____ de 2021.

Declarante: _____